

GESTÃO ORÇAMENTÁRIA

Para o desenvolvimento de suas atividades, a CPRM contou, no exercício de 2001, com recursos da ordem de R\$ 140.755 mil, sendo R\$ 124.700 mil oriundos do Tesouro Nacional e R\$ 16.055 mil provenientes de Receita Própria, conforme exposto na Tabela e demonstrado no gráfico a seguir.

DEMONSTRAÇÕES FINANCEIRAS

No exercício de 2001, a CPRM obteve um resultado positivo de R\$ 372.086,68, conforme exposto nas Demonstrações Financeiras anexadas ao presente relatório.

Elaboradas de acordo com a Lei das Sociedades por Ações e com os padrões estabelecidos pela Comissão de Valores Mobiliários CVM, as Demonstrações Financeiras refletem a aplicação integral dos recursos orçamentários destinados às atividades -fim da CPRM, com-

preendendo os projetos de: mapeamento geológico; levantamentos aerogeofísicos; levantamentos dos recursos hídricos e minerais; e gestão territorial, objetivando divulgar e disponibilizar informações geológicas e hidrológicas básicas para o desenvolvimento sustentável do País.

DESTINAÇÃO DO RESULTADO

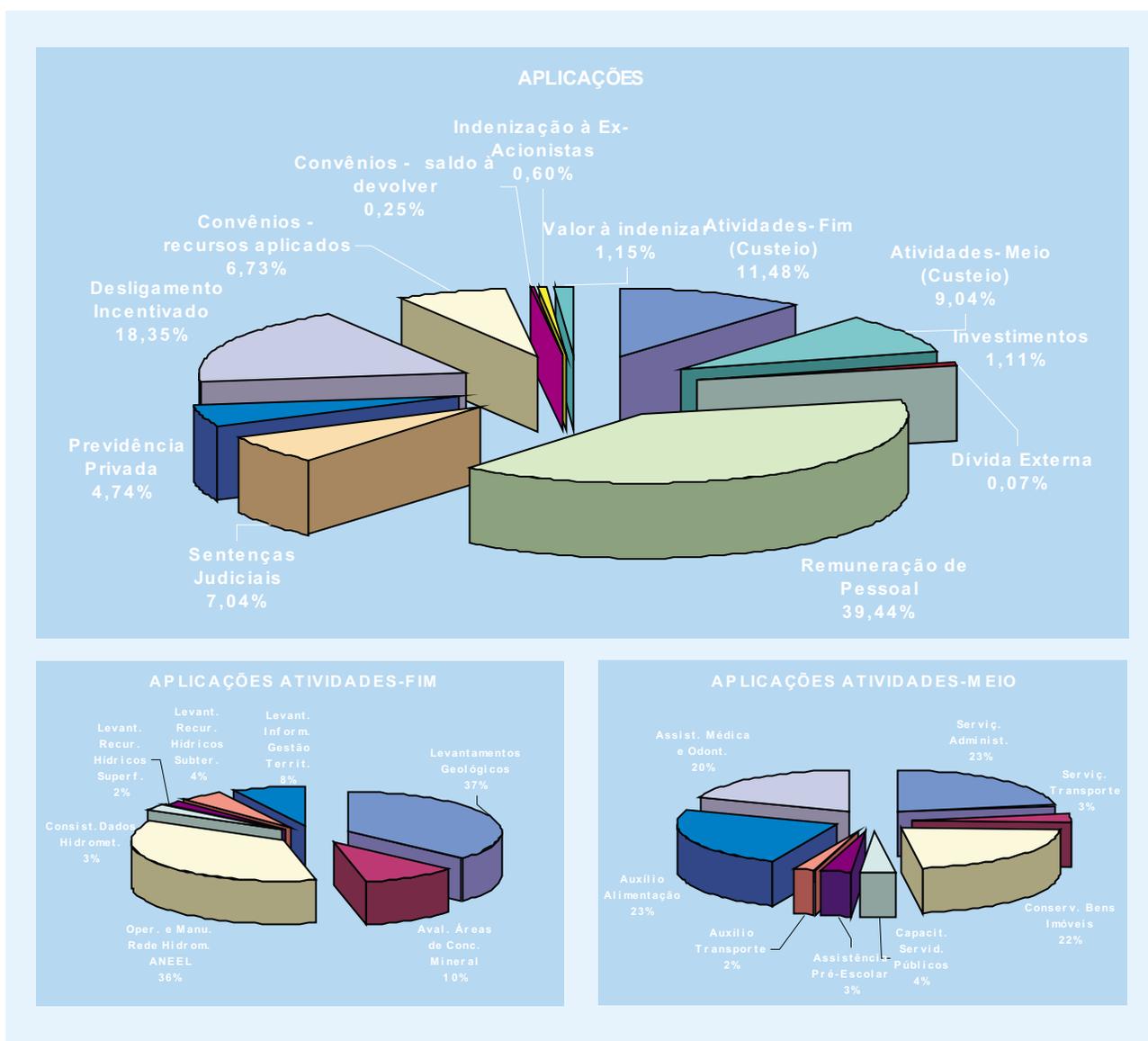
A Administração da CPRM está propondo à Assembléia Geral a seguinte distribuição do resultado do exercício 2001:

- Constituição de Reserva Legal de 5% do Lucro Líquido, no valor de R\$ 18.604,33, de acordo com o Artigo 193 da Lei nº6.404/76;
- Destinar 25% para o pagamento de dividendos, conforme artigo 50, II, do Estatuto, no valor de R\$ 88.370,59; e
- Transferência do saldo remanescente, no valor de R\$ 265.111,76, para ser incorporado à Conta de Lucros

Tabela: Demonstração de Origens e Aplicações Financeiras no exercício 2001 em 31 de dezembro de 2001

ORIGEM		APLICAÇÃO	
Recursos do Tesouro	124.700	Atividades-Fim (Custeio)	17.710
		Atividades-Meio (Custeio)	13.940
		Investimentos	1.716
		Dívida Externa	101
Receita Própria	16.055	Remuneração de Pessoal	60.817
		Sentenças Judiciais	10.858
		Previdência Privada	7.314
		Desligamento Incentivado	28.299
SUB-TOTAL	140.755	SUB-TOTAL	140.755
Convênio com Destaque orçamentário	10.759	Convênios - recursos aplicados	10.374
		Convênios - saldo à devolver	385
Recursos destacados pela União para Indenizar os Ex-acionistas	2.692	Indenização à Ex-Acionistas	918
		Valor à indenizar	1.774
TOTAL	154.206	TOTAL	154.206

Demonstração da distribuição das aplicações por atividades



AUDITORIA INTERNA

No exercício de 2001 foram realizadas 10 auditorias internas abrangendo 8 unidades regionais da CPRM. Verificou-se que todas as recomendações/determinações expedidas pelos órgãos de Auditoria Interna, do Sistema de Controle Interno do Poder

Executivo e pelo Tribunal de Contas da União foram objeto de ações com vistas ao cumprimento das mesmas. Examinados os controles internos administrativos da Entidade com base nos procedimentos e técnicas utilizadas na área de auditoria, foi concluído que os mesmos estão devidamente adequados e aderentes às normas interna

COMPANHIA DE PESQUISA DE RECURSOS MINERAIS – CPRM
BALANÇO PATRIMONIAL EM 31 DE DEZEMBRO DE 2001 E 2000
(Pela legislação societária – em milhares de reais)

ATIVO

	2001	2000
CIRCULANTE	22.232	21.200
Bens numerários e depósitos bancários a vista	14.535	13.438
Contas a receber	1.599	1.268
Materiais	602	1.768
Impostos a recuperar	2.072	1.834
Adiantamentos para despesas	1.023	648
Depósitos e cauções	1.285	1.233
Despesas antecipadas	549	519
Convênios com entidades diversas	231	432
Outros créditos	336	60
REALIZÁVEL A LONGO PRAZO	14.362	13.198
Fundo financeiro de pesquisa mineral	1.835	1.909
Pesquisa e avaliação de depósitos de substâncias minerais	6.578	6.757
Direitos minerais a negociar	12	12
Adquirentes de direitos minerais	3.925	2.473
Financiamentos à pesquisa mineral	958	1.007
Outros créditos	1.054	1.040
PERMANENTE	28.701	30.292
Investimentos	508	508
Imobilizado	28.148	29.739
Diferido	45	45
TOTAL DO ATIVO	65.295	64.690

PASSIVO

	2001	2000
CIRCULANTE	21.698	22.834
Fornecedores	5.320	5.282
Financiamentos a pagar	161	66
Impostos e encargos sociais a pagar	2.520	1.424
Provisão para férias	6.046	7.316
Provisão para contingências	750	750
Contas e despesas a pagar	4.505	4.049
Convênios com Entidades Diversas	421	1.136
Créditos subvencionados para indenização de acionistas	1.842	2.693
Credores por aquisição de direitos minerais	45	45
Dividendos propostos	88	73
EXIGÍVEL A LONGO PRAZO	583	842
Financiamentos a pagar	583	621
Obrigações e encargos sociais a pagar	0	221
RESULTADO DE EXERCÍCIOS FUTUROS	0	0
PATRIMÔNIO LÍQUIDO	43.014	41.014
Capital realizado atualizado	26.773	2 6.774
Reservas de capital	5.930	4.487
Reservas de reavaliação	7.914	8.230
Reservas de lucros	80	61
Lucros acumulados	2.317	1.463
Ações em tesouraria	0	(1)
TOTAL DO PASSIVO	65.295	64.690

As notas explicativas são parte integrante das demonstrações contábeis

UMBERTO RAIMUNDO COSTA
Diretor-Presidente

THALES DE QUEIROZ SAMPAIO
Diretor de Hidrologia e Gestão Territorial

ALFREDO DE ALMEIDA PINHEIRO FILHO
Diretor de Administração e Finanças

LUIZ AUGUSTO BIZZI
Diretor de Geologia e Recursos Minerais

PAULO ANTONIO CARNEIRO DIAS
Diretor de Relações Institucionais e Desenvolvimento

PALMIRO FRANCO CAPONE
Contador CRC-RJ 022.372/T-2-DF
CPF 108981077-68

**COMPANHIA DE PESQUISA DE RECURSOS MINERAIS - CPRM
DEMONSTRAÇÃO DO RESULTADO EM 31 DE DEZEMBRO DE 2001 E 2000**

(Pela legislação societária – em milhares de reais, exceto lucro por ação)

	2001	2000
Receitas de prestação de serviços e de operações de pesquisas	18.571	16.533
Receitas de subvenções para operações de pesquisas	122.984	96.419
	<u>141.555</u>	<u>112.952</u>
Custo de prestação de serviços e de operações de pesquisas	(72.177)	(73.044)
Lucro bruto	<u>69.378</u>	<u>39.908</u>
Receitas (despesas) operacionais		
Financeiras, líquidas	355	403
Gerais e administrativas	(68.099)	(39.148)
Honorários da administração superior	(553)	(439)
	<u>(68.297)</u>	<u>(39.184)</u>
Lucro líquido operacional	1.081	724
Receitas (menos despesas) não operacionais	<u>100</u>	<u>316</u>
Lucro antes do imposto de renda e contribuição social	1.181	1.040
Contribuição social	(223)	(209)
Provisão para o imposto de renda	<u>(586)</u>	<u>(523)</u>
Lucro líquido do exercício	<u>372</u>	<u>308</u>
Lucro por ação	<u>0,13</u>	<u>0,10</u>

**As notas explicativas são parte integrante
das demonstrações contábeis**

COMPANHIA DE PESQUISA DE RECURSOS MINERAIS - CPRM
DEMONSTRAÇÃO DAS MUTAÇÕES DO PATRIMÔNIO LÍQUIDO EM 31 DE DEZEMBRO DE 2001 E 2000
(Em milhares de reais)
Pela Legislação Societária

	Capital Subscrito Integralizado	Ações em Tesouraria	Reserva Especial Dividendos	Reservas de Capital		Reserva de Reavaliação	Reserva de Lucros Legal	Lucros (Prejuízos) Acumulados	Total
				Subvenções	Reserva Especial Lei 8200/91				
Saldos em 31 de dezembro de 1999	26.773	(1)	21	913	2.386	8.546	46	654	39.338
Dividendos Pagos	-	-	(21)	-	-	-	-	-	(21)
Realização de Reservas	-	-	-	-	(273)	(316)	-	589	0
Subvenções Recebidas	-	-	-	1.461	-	-	-	-	1.461
Lucro Líquido do Exercício	-	-	-	-	-	-	-	235	235
Reserva Legal	-	-	-	-	-	-	15	(15)	0
Saldos em 31 de dezembro de 2000	26.773	(1)	0	2.374	2.113	8.230	61	1.463	41.013
Realização de Reservas	-	-	-	-	(273)	(316)	-	589	0
Subvenções Recebidas	-	-	-	1.716	-	-	-	-	1.716
Realização de Ações em Tesouraria	-	1	-	-	-	-	-	-	1
Lucro Líquido do Exercício	-	-	-	-	-	-	-	372	372
Reserva Legal	-	-	-	-	-	-	19	(19)	0
Dividendos Autorizados	-	-	-	-	-	-	-	(88)	(88)
Saldos em 31 de dezembro de 2001	26.773	0	0	4.090	1.840	7.914	80	2.317	43.014

As notas explicativas são parte integrante das demonstrações contábeis

COMPANHIA DE PESQUISA DE RECURSOS MINERAIS – CPRM
DEMONSTRAÇÃO DAS ORIGENS DE APLICAÇÕES DE RECURSOS EM 31 DE DEZEMBRO DE 2001 E 2000
(Pela legislação societária – em milhares de reais)

	2001	2000
ORIGENS DE RECURSOS	8.016	7.216
Nas Operações	5.090	5.033
Lucro Líquido	372	308
Mais: Encargos Que Não Representam Saída de Recursos:	4.998	5.180
Depreciação e Amortização	3.273	3.685
Variações Monetárias de Financiamentos a Longo Prazo	116	43
Variações Monetárias de Impostos e Encargos a Longo Prazo	0	27
Provisão para Riscos Contratuais	1.609	1.425
Menos: Receitas Que Não Representam Ingresso de Recursos	280	455
Variações Monetárias de Ativos Realizáveis a Longo Prazo	280	455
De outras Fontes		
Aumento do Exigível a Longo Prazo:	6	36
Obrigações e Encargos a Longo Prazo	6	36
Baixa de Itens do Imobilizado	952	671
Redução do Realizável a Longo Prazo	252	0
Adições ao Patrimônio Líquido	1.716	1.476

	2001	2000
APLICAÇÕES DE RECURSOS	5.848	4.647
Aumento do Realizável a Longo Prazo	2.746	1.317
Fundo Financeiro de Pesquisa Mineral - Financiamentos	79	72
Pesquisa e Avaliação de Depósitos de Substâncias Minerais	356	338
Financiamentos à Pesquisa Mineral	43	37
Devedores por Notas de Débito	0	860
Adquirentes de Direitos Minerais	2.258	0
Outros	10	10
Redução do Exigível a Longo Prazo	380	2.679
Encargos Sociais e Contribuições - Transferido para o Circulante	226	2.613
Financiamentos - Transferido para o Circulante	154	66
Baixas no Patrimônio Líquido	88	110
Aumento do Ativo Permanente	2.634	541
Imobilizado	2.634	538
Diferido	0	3
Aumento do Capital Circulante Líquido	2.168	2.569
VARIAÇÃO DO CAPITAL CIRCULANTE		
Ativo circulante:		
No Início do Exercício	21.200	18.199
No Fim do Exercício	22.232	21.200
	1.032	3.001
Passivo circulante:		
No Início do Exercício	22.834	22.402
No Fim do Exercício	21.698	22.834
	(1.136)	432
Aumento do Capital Circulante Líquido	2.168	2.569

As notas explicativas são parte integrante das demonstrações contábeis

COMPANHIA DE PESQUISA DE RECURSOS MINERAIS – CPRM
NOTAS EXPLICATIVAS ÀS DEMONSTRAÇÕES CONTÁBEIS EM 31 DE DEZEMBRO DE 2001 E 2000

NOTA 1 - CONTEXTO OPERACIONAL

A Companhia de Pesquisa de Recursos Minerais - CPRM é uma sociedade por Ações constituída pela União, na forma do decreto-lei nº 764, de 15 de agosto de 1969, transformada em empresa pública pela Lei nº 8.970, de 28 de dezembro de 1994 e vinculada ao Ministério de Minas e Energia.

Para a total e fiel consecução de seus objetivos sociais, compete à CPRM dominar o conhecimento das Geociências no interesse do País, nelas incluídas a Geologia em seus diversos campos, a Hidrologia e outras ciências afins, bem como a gestão destas informações, devendo, especificamente:

- Subsidiar a formulação da política mineral e geológica, participar do planejamento, da coordenação e executar os serviços de geologia e hidrologia de responsabilidade da União em todo o território nacional;
- Estimular o descobrimento e o aproveitamento dos recursos minerais e hídricos do país;
- Orientar, incentivar e cooperar com entidades públicas ou privadas na realização de pesquisas e estudos destinados ao aproveitamento dos recursos minerais e hídricos do país;
- Elaborar sistemas de informações, cartas e mapas que traduzam o conhecimento geológico e hidrológico nacional, tornando-o acessível aos interessados, resguardando o interesse nacional;
- Colaborar em projetos de preservação do meio ambiente em ação complementar à dos órgãos competentes da administração pública federal, estadual e municipal;
- Realizar pesquisas e estudos relacionados com os fenômenos naturais ligados à terra, tais como terremotos, deslizamentos, enchentes, secas, desertificação e outros ligados à sua área de atuação, bem como os relacionados a paleontologia e a geologia marinha; e
- Dar apoio técnico e científico aos órgãos da administração pública federal, estadual e municipal, no âmbito de sua área de atuação.

NOTA 2 - APRESENTAÇÃO DAS DEMONSTRAÇÕES CONTÁBEIS

Essas demonstrações foram elaboradas de acordo com a Lei das Sociedades por Ações e as disposições complementares da CVM - Comissão de Valores Mobiliários e consoantes com os procedimentos contábeis descritos na Nota 3.

As demonstrações contábeis pela legislação societária são apresentadas para atender a instrução CVM nº 248 de 29.03.96 e a Lei nº 9.249/95 de 27.12.95, que eliminou a adoção de qualquer sistema de correção monetária de balanço para fins fiscais e societários a partir do exercício social de 1996. Dessa forma o Balanço Patrimonial de 31 de dezembro de 2001 e as demonstrações do resultado das mutações do patrimônio líquido e das origens e aplicações de recursos do exercício findo em 31 de dezembro de 2001, estão sendo apresentadas de acordo com as práticas contábeis emanadas da legislação societária e não contemplam os efeitos da inflação do exercício.

A Comissão de Valores Mobiliários - CVM, com base na nova legislação em vigor, através da Instrução CVM nº 248/96 e Parecer de Orientação nº 29/96, adaptou suas normas relativas a apresentação e divulgação de demonstrações contábeis, facultando a apresentação de informações complementares em moeda de poder aquisitivo constante.

NOTA 3 - PRINCIPAIS DIRETRIZES CONTÁBEIS

- Os financiamentos a empresas de mineração, para aplicação em empreendimentos específicos de pesquisa mineral, quando concedidos sem cláusula de risco, são registrados em contas do ativo circulante e/ou do ativo realizável a longo prazo; quando a CPRM participa do risco da pesquisa, são registrados em conta do ativo realizável a longo prazo, até que seja apurado o resultado final da pesquisa;
- Os materiais em almoxarifado estão registrados ao custo médio de aquisição, que é inferior ao de reposição;
- Os investimentos estão registrados ao custo corrigido monetariamente até 31.12.95 e ajustados ao valor de mercado, quando aplicável;
- Os bens componentes do ativo imobilizado, em uso, estão registrados ao valor de aquisição, incorporação e/ou construção;
- As depreciações dos bens do ativo imobilizado são calculadas pelo método linear, em função do tempo de vida útil dos bens, sendo as taxas de depreciação, normalmente praticadas pela CPRM, as seguintes: Imóveis 4% a.a, Equipamentos: Operação 10% a.a.- Transporte 20% a.a.- Diversos 10% a.a.
- A provisão para créditos de liquidação duvidosa não foi constituída, tendo em vista não haver qualquer expectativa de perda em relação às contas a receber, considerando as condições estabelecidas no art. 43 da Lei 8.981/95;
- As demonstrações contábeis foram elaboradas dentro dos princípios, métodos e critérios uniformes em relação àqueles adotados no encerramento do último exercício social.

NOTA 4 - CONTAS A RECEBER

	Pela Legislação Societária	
	R\$ Mil	
	2001	2000
Serviços faturados	667	785
Outros valores a receber	932	483
	1.599	1.268

Sua composição, expressa em percentuais, é a seguinte:

- Agência Nacional de Energia Elétrica - ANEEL 38%
- Outros Clientes Públicos e Privados 62%

Os valores acima correspondem a serviços executados até 31/12/2001, apropriados à receita pelo regime de competência, cujo recebimento de suas faturas está previsto para o início de 2002.

NOTA 5 - MATERIAIS

	Pela Legislação Societária	
	R\$ Mil	
	2001	2000
Almoxarifado	298	354
Minérios de lavra experimental	5	5
Outros materiais	303	1.409
	609	1.768

NOTA 6 - ADQUIRENTES DE DIREITOS MINERAIS - LONGO PRAZO

Sob este título estão registrados os créditos a receber da Eucatex Mineral Ltda., provenientes da cessão de direitos minerais, efetuada em caráter irrevogável e irretroatável, pela CPRM, à Companhia Energética de São Paulo - CESP, nos termos definidos na "escritura de cessão de direitos minerais", firmada entre as partes, em 24 de setembro de 1986, transferidos e cedidos pela CESP à Eucatex Mineral Ltda., com a interveniência da CPRM, por escritura pública lavrada em 11/11/1993.

Os direitos minerais cedidos à Eucatex Mineral Ltda. são resultantes de pesquisas, bem sucedidas, de "turfa", realizadas pela Companhia, em uma área de 2.730 hectares do "Projeto Caçapava", localizada no Estado de São Paulo, cujos relatórios de pesquisa já foram aprovados pelo Departamento Nacional da Produção Mineral - DNPM.

Está também registrada sob este título, a cessão dos direitos minerários aos resultados das pesquisas de carvão mineral realizadas no município de Sapopema, Estado do Paraná, à Carbocampel S/A, com a anuência da Minerais do Paraná S/A - MINEROPAR, conforme termo de compromisso firmado em 13/12/83 e escritura pública lavrada no 21º Ofício de Notas do Estado do Rio de Janeiro, em 30/10/2001, no valor de R\$ 2.258 Mil.

As referidas pesquisas foram realizadas com recursos recebidos da União, provenientes do Fundo Financeiro de Pesquisa Mineral (DL nº 1.297/73 e DL nº 1.387/75) e do Programa de Mobilização Energética.

Os créditos foram corrigidos com base em índices oficiais e contratuais.

Foi acrescida no exercício de 2001 a provisão para riscos contratuais de R\$ 290 Mil (em 2000) para R\$ 845 Mil e o valor demonstrado no ativo realizável a longo prazo representa seu valor líquido (R\$ 4.770 Mil - R\$ 845 Mil = R\$ 3.925 Mil).

NOTA 7 – FINANCIAMENTOS À PESQUISA MINERAL

No ativo realizável a longo prazo estão registrados sob o título de fundo financeiro de pesquisa mineral, pesquisa e avaliação de depósitos de substâncias minerais e financiamentos à pesquisa mineral, valores de contratos de financiamentos com cláusula de risco celebrados com mineradoras privadas nacionais, com recursos dos programas citados, pendentes de liquidação, por se encontrarem em cobrança judicial conforme ações ajuizadas pelos agentes financeiros ou por falta de aprovação do relatório final de pesquisa, pelo Departamento Nacional da Produção Mineral – DNPM.

Foi acrescida no exercício de 2001 a provisão para riscos contratuais de R\$ 1.135 Mil (em 2000) , para R\$ 2.189 Mil.

NOTA 8 – OUTROS CRÉDITOS – LONGO PRAZO

O valor registrado a título de outros créditos representa parcelas transferidas de contas a receber do ativo circulante, relativas a créditos por notas de débito pela outrora cessão de empregados à Assembléia Legislativa do Amapá, em processo de cobrança judicial e ao Departamento Nacional da Produção Mineral – DNPM, em processo de negociação e direitos relativos aos empréstimos compulsórios, sobre veículos e combustíveis.

NOTA 9 - IMOBILIZADO

	Pela Legislação Societária	
	R\$ Mil	
	2001	2000
Imóveis	32.802	32.802
Instalações	461	471
Equipamentos:		
Operação	9.529	9.903
Transporte	5.280	5.088
Diversos	9.233	9.048
Direitos de uso de telefones	163	163
Documentação, museus e objetos de arte	8.903	8.903
	66.371	66.378
Depreciações acumuladas	(41.310)	(39.364)
	25.061	27.014
Imobilizações em curso	3.087	2.725
	28.148	29.739

NOTA 10 - DIFERIDO

Registra como contrapartida, a atualização monetária incorrida sobre valores recebidos como parte do preço de cessão de direitos sobre jazida de carvão.

NOTA 11 - FINANCIAMENTOS A PAGAR

	Pela Legislação Societária			
	R\$ Mil			
	2001	2000	2001	2000
	Circulante	Circulante	Longo Prazo	Longo Prazo
Em moeda estrangeira (1)	161	66	583	621
	161	66	583	621

(1) Corresponde a US\$ 321 Mil em 31/12/2001, sendo, renegociados conforme contratos bilaterais para reestruturação da dívida externa do setor público, celebrados pelo Governo Brasileiro e Países credores, vencíveis de 30/06/1995 a 30/12/2006, em 24 parcelas semestrais.

NOTA 12 - PROVISÃO PARA CONTINGÊNCIAS

A provisão para contingências apresenta registrado o valor de R\$ 750 Mil, para fazer face a possíveis situações futuras de perdas que possam ocorrer.

NOTA 13 – CRÉDITOS SUBVENCIONADOS PARA INDENIZAÇÃO DE ACIONISTAS

Iniciado em novembro de 2000 o processo de indenização de todos os acionistas, pessoas físicas e pessoas jurídicas de natureza exclusivamente privada, cujas ações foram desapropriadas pela Lei nº 8.970/94. Repassados pelo Ministério da Fazenda, através da Secretaria do Tesouro Nacional ao Ministério de Minas e Energia e posteriormente à CPRM, a dotação global de R\$ 4.631 Mil e respectivos recursos financeiros. A contra-partida do ingresso desses recursos está registrada no Ativo Circulante – Bens numerários e depósitos bancários a vista, na conta Única do Tesouro Nacional.

Até 31 de dezembro de 2001 foram indenizados cerca de 852 acionistas, perfazendo o valor de R\$ 2.858 Mil, faltando ainda indenizar 673 acionistas, até o valor limite autorizado pela Secretaria do Tesouro Nacional de R\$ 3.250 Mil, corrigido até 30.06.2000 e para efeito de indenização até a data do efetivo pagamento.

NOTA 14 – PROVISÃO PARA RISCOS CONTRATUAIS

Foi constituída no exercício de 2000 Provisão para Riscos Contratuais, no valor de R\$ 1.425 Mil, acrescida em 2001 para R\$ 3.034 Mil. A contra-partida está registrada como redutora das contas do Ativo Realizável a Longo Prazo, que estão demonstradas pelo seu valor líquido após a dedução da respectiva provisão.

NOTA 15 - CAPITAL SOCIAL

Em 31 de dezembro de 2001, o Capital Social integralizado no valor de R\$ 26.772.942,38, está representado por 2.948.172 ações, sendo 2.631.150 ações ordinárias e 317.022 ações preferenciais, todas nominativas e sem valor nominal. Iniciado em novembro de 2000 o processo de indenização de acionistas pessoas físicas e pessoas jurídicas de natureza exclusivamente privada, resultando que a participação da União no capital da Empresa alcançou o percentual de 97,33%, ficando o restante de 2,67% em poder de pessoas jurídicas de direito público interno e entidades da administração indireta da União, dos Estados, Distrito Federal e Municípios, conforme preceitua o seu Estatuto. Os acionistas terão direito a dividendo obrigatório de 25% do lucro líquido, ajustado na forma prevista na Lei das Sociedades por Ações.

NOTA 16 – DIVIDENDOS PROPOSTOS

A Administração está propondo destinar 25% do lucro líquido do exercício, no valor de R\$ 88 Mil, para pagamento do dividendo obrigatório, conforme Art. 50-II, do Estatuto, a ser deliberado pela Assembléia Geral Ordinária que será realizada em 24.04.2002.

NOTA 17 - RESERVA DE REAVALIAÇÃO

A realização das reservas de reavaliação foram contabilizadas, no exercício, proporcionalmente às depreciações ocorridas, em contrapartida à conta de Resultados Acumulados.

NOTA 18 - SUBVENÇÕES PARA OPERAÇÕES E INVESTIMENTOS

A partir de 1991, a Companhia passou à condição de Entidade Supervisionada. Nesse novo quadro, está incluída no Orçamento da União, com recursos básicos para o seu funcionamento, sem perder sua condição de sociedade por ações.

Os recursos recebidos mensalmente para operações são creditados no Passivo Circulante, na conta 220 - Créditos de Subvenções para Operações e são transferidos, mensalmente, para Receitas Operacionais nas subcontas do grupo 611 - Renda de Subvenções para Operações, por ocasião de sua realização, pela aplicação desses recursos, dentro do objeto de sua destinação. Do total de créditos orçamentários autorizados da fonte Tesouro de R\$ 142.953 Mil, os repasses financeiros efetivamente recebidos foram de R\$ 124.700 Mil.

Dos recursos recebidos, foram destinados R\$ 1.716 Mil para Investimentos, creditados, no Passivo Circulante, quando do seu recebimento, na conta 221- Créditos de Subvenções para Investimentos e transferidos para a conta 262 - Reservas de Capital em subconta específica 262.73 - Subvenções para Investimentos - SIAFI, por ano de realização, quando de sua efetiva aplicação em bens de capital.

NOTA 19 - IMPOSTO DE RENDA E CONTRIBUIÇÃO SOCIAL

A Companhia nesse exercício apurou R\$ 809 Mil, entre Imposto de Renda e Contribuição Social, de acordo com a Legislação em vigor que só permite compensar no máximo 30% do lucro fiscal, embora haja disponibilidade de créditos no LALUR.

NOTA 20 - RECEITAS E DESPESAS FINANCEIRAS

	Pela Legislação Societária	
	R\$ Mil	
	2001	2000
Receitas:		
Variações cambiais, monetárias, juros e outros	793	1.209
Despesas:		
Variações cambiais, monetárias, juros e outros	438	806
	355	403

NOTA 21 - COBERTURA DE SEGUROS

Os seguros são contratados por valores considerados suficientes para cobrir eventuais riscos ou perdas sobre os ativos. Os principais seguros mantidos pela empresa são os seguintes em 31 de dezembro de 2001:

MODALIDADE	OBJETO	VALOR SEGUADO
		R\$ Mil
Incêndio	Imóveis	21.327
Incêndio	Móveis, Máq. Equipamentos	16.630
Incêndio	Estoque de materiais	1.952
Total		39.909

NOTA 22 - REMUNERAÇÃO DE DIRIGENTES E EMPREGADOS

No exercício de 2001, a maior, a menor e a remuneração média mensal paga a empregados ocupantes de cargos permanentes foi de R\$ 8.781,91, R\$ 347,45 e R\$ 2.144,95, respectivamente.

Com relação a dirigentes da Companhia, a maior remuneração paga no exercício de 2001 correspondeu a R\$ 8.781,91.

PARECER DOS AUDITORES INDEPENDENTES

Aos Diretores e Acionistas da Companhia de Pesquisa de Recursos Minerais – CPRM

Examinamos os balanços patrimoniais da **COMPANHIA DE PESQUISA DE RECURSOS MINERAIS - CPRM**, em **31 de dezembro de 2001 e 2000** e as respectivas demonstrações dos resultados, das mutações do patrimônio líquido e das origens e aplicações de recursos dos exercícios findos naquelas datas, elaboradas sob a responsabilidade de sua administração. Nossa responsabilidade é expressar uma opinião sobre essas demonstrações contábeis.

Nossos exames foram conduzidos de acordo com as normas de auditoria e compreenderam: (a) o planejamento dos trabalhos, considerando a relevância dos saldos, o volume de transações e o sistema contábil e de controles internos da Entidade; (b) a constatação, com base em testes, das evidências e dos registros que suportam os valores e as informações contábeis divulgadas; e (c) a avaliação das práticas e das estimativas contábeis mais representativas adotadas pela administração da Entidade, bem como das apresentação das demonstrações contábeis tomadas em conjunto.

Em nossa opinião, as demonstrações contábeis referidas no primeiro parágrafo, representam adequadamente, em todos os aspectos relevantes, a posição patrimonial e financeira da **COMPANHIA DE PESQUISA DE RECURSOS MINERAIS - CPRM** em **31 de dezembro de 2001 e 2000**, o resultado de suas operações, as mutações do seu patrimônio líquido e as origens e aplicações de seus recursos referentes aos exercícios findos naquelas datas, de acordo com as práticas contábeis emanadas da legislação societária brasileira.

Rio de Janeiro, 15 de março de 2002.

VILMA VIEIRA GONÇALVES

Responsável Técnica
Contadora - CRC-RJ 44.301-1

ASSETTE AUDITORES INDEPENDENTES S/C.

CRC-RJ 0523

PARECER DO CONSELHO FISCAL SOBRE O RELATÓRIO ANUAL E DEMONSTRAÇÕES CONTÁBEIS DA COMPANHIA DE PESQUISA DE RECURSOS MINERAIS - CPRM, EM 31 DE DEZEMBRO DE 2001

O Conselho Fiscal da Companhia de Pesquisa de Recursos Minerais - CPRM, no exercício de suas atribuições legais e estatutárias, examinando o Relatório Anual da Companhia - **2001**, bem como suas demonstrações contábeis, compreendendo o Balanço Patrimonial, a Demonstração do Resultado do Exercício, a Demonstração das Origens e Aplicações de Recursos e as Notas Explicativas relativas ao exercício social encerrado em **31 de dezembro de 2001**, e tendo como base as análises efetuadas, as informações e os esclarecimentos recebidos dos Órgãos da Administração e o Parecer da **ASSETTE AUDITORES INDEPENDENTES S.C** é de opinião que as peças examinadas traduzem de modo adequado as informações nelas contidas, a situação patrimonial, econômica e financeira da Companhia de Pesquisa de Recursos Minerais - CPRM, encontrando-se em condições de serem aprovadas pela Assembléia Geral Ordinária da Sociedade.

Rio de Janeiro, 22 de março de 2002.

GERALDO LOYOLA DA COSTA BARROS

MÁRCIA DINIZ DE CARVALHO

ROBERTO CAMPOS MARINHO

PARECER SOBRE A DESTINAÇÃO DO RESULTADO DA COMPANHIA DE PESQUISA DE RECURSOS MINERAIS - CPRM, EM 31 DE DEZEMBRO DE 2001.

O Conselho Fiscal da Companhia de Pesquisa de Recursos Minerais - CPRM, no exercício de suas atribuições legais e estatutárias, examinou e aprovou a seguinte proposta da Administração, quanto à deliberação sobre a destinação do Resultado do Exercício, que apresentou lucro líquido de **R\$ 372.086,68** (Trezentos e setenta e dois mil oitenta e seis reais e sessenta e oito centavos), a saber:

I - Constituição da Reserva Legal de 5% do lucro líquido do exercício, no valor de **R\$ 18.604,33** (Dezoito mil seiscentos e quatro reais e trinta e três centavos), de acordo com o **Artigo 193** da **Lei nº 6404/76** e **Artigo 50-I do Estatuto**.

II - Destinação de 25% para o pagamento do dividendo obrigatório, no valor de **R\$ 88.370,59** (Oitenta e oito mil trezentos e setenta reais e cinquenta e nove centavos), conforme **Art. 50-II, do Estatuto**.

III - Transferência do saldo remanescente de **R\$ 265.111,76** (Duzentos e sessenta e cinco mil cento e onze reais e setenta e seis centavos), para ser incorporado à Conta de Lucros Acumulados.

O Conselho recomenda o encaminhamento da proposta à deliberação da Assembléia Geral Ordinária da Sociedade.

Rio de Janeiro, 22 de março de 2002.

GERALDO LOYOLA DA COSTA BARROS

MÁRCIA DINIZ DE CARVALHO

ROBERTO CAMPOS MARINHO